

**DESENVOLVIMENTO RURAL E AS AGROVILAS DE SERRA DO RAMALHO – BA**

Eixo Temático: GT4 – Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Economia Agrícola, Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Lísia Emanuelle Rodrigues Almeida¹;

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa referente as Agrovilas de Serra do Ramalho –BA possibilitará compreender as particularidades da estrutura social e econômica dos assentamentos que se estabeleceram por motivos não espontâneos nas proximidades e ao mesmo tempo distantes das margens irrigáveis do Rio São Francisco, transformando antigos beraderos do lago de Sobradinho em caatingueiros. Nesta estruturação inicial serão discutidas as perspectivas de Desenvolvimento e Progresso por trás do projeto de implantação da política pública em contraponto à perspectiva dos camponeses.

Neste sentido, o trabalho abordará o Projeto Nacional de Colonização e Industrialização, que direcionou os rumos das Políticas Públicas do país à época e foi determinante para a estrutura de formação do assentamento, que envolveu Interesse Público, projeto de gabinete desconexo da realidade dos camponeses, resistência dos indivíduos e falta de identificação entre eles, o que pode ter sido determinante para as dificuldades do projeto.

Destaca-se que falar dos impactos das construções das barragens na perspectiva das comunidades reassentadas foi, por muito tempo, preterido pelas pesquisas, que tratavam mais sobre os impactos ambientais dos empreendimentos. Rebouças (2000), recortou algumas linhas nos estudos sobre os impactos das barragens. Em uma primeira linha, estariam os estudos que privilegiam tratar as “relações dos camponeses-ribeirinhos atingidos por barragem com as autoridades”, incluindo descrição de formas de resistência e nova identidade política no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Uma segunda linha estuda a “identidade cultural dos grupos envolvidos e o caráter contrastivo da identidade cultural das comunidades (camponeses, indígenas, etc.)”, investiga identidades étnicas e religiosas em situação de confronto. Terceira linha busca compreender a

¹ Pós-Graduada em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. UESB. Lialmeida61@gmail.com

especificidade da organização social dessas comunidades, a organização social preexistente e as formas tradicionais de reprodução social. A quarta linha privilegia o estudo da “estrutura fundiária na região da construção de barragens, faz interface com discussões sobre transformações do campesinato em relação ao avanço do modo de produção capitalista”. Considerando as definições, a presente pesquisa se aproxima mais da 4ª linha.

Por todo o exposto, será possível compreender melhor a instalação das Agrovilas em Serra do Ramalho– BA, as perspectivas de Desenvolvimento que nortearam a política e os desafios enfrentados pelos reassentados no que tange as Política Pública de reassentamento comandada pelo INCRA e imposta de forma compulsória.

2. JUSTIFICATIVA

O trabalho se justifica pelo interesse de analisar os impactos das Agrovilas de Serra do Ramalho– BA no desenvolvimento local, permitindo traçar contraponto entre a estrutura de Agricultura Familiar e o Agronegócio irrigado da região. A proposta de abordar as Agrovilas nas cidades de Serra do Ramalho/Carinhanha– BA ainda comporta o interesse de compreender as particularidades da organização social e econômica local.

O especial destaque para as Agrovilas nos entornos de Bom Jesus da Lapa– BA se deve a viabilidade material da pesquisa por proximidade, familiaridade com a comunidade e em razão da estrutura de formação do assentamento.

3. HIPÓTESES

A hipótese inicial é de que o desenvolvimento materializado na melhoria de vida prometido na oportunidade de implantação do projeto das Agrovilas, não se efetivou para os reassentados, que até hoje enfrentam desafios inclusive relacionados a irrigação e ao Agronegócio local.

Partindo desta hipótese, a próxima considera a forma de instituição do assentamento como desconexa do povo e assim, essencialmente, ineficiente em sua promessa de promover desenvolvimento local.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL: Analisar os impactos das Agrovilas de Serra do Ramalho –BA para o desenvolvimento local.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Abordar o contexto histórico e econômico da formação das Agrovilas de Serra do Ramalho– BA;
- Analisar os impactos do projeto de Agrovilas para Desenvolvimento da região;

- Investigar os desafios da Agricultura Familiar nas Agrovilas de Serra do Ramalho/Carinhanha – BA em contraponto ao Agronegócio da região.

5. METODOLOGIA PROPOSTA

Será uma pesquisa teórico-empírico. A metodologia utilizada será a bibliográfica exploratória com pesquisa de campo. O elemento bibliográfico consiste em consultar materiais já existentes por meio da técnica exploratória, coletando informações a partir de exame cuidadoso sobre o tema, utilizando análise de dispositivos normativos nacionais, produções acadêmicas, monografias e artigos científicos, bem como dados e conteúdos divulgados por órgãos oficiais como INCRA e CODEVASF.

O elemento quantitativo da pesquisa de campo permitirá consultar habitantes da região estudada sobre a realidade que experimentam, principalmente no tocante a realidade econômica. Para esta fase da pesquisa, é possível vislumbrar a delimitação do estudo em uma única agrovila ou secção em eixo, podendo ser recortado o eixo/agrovila mais próxima ou mais distante de Bom Jesus da Lapa – BA ou, por exemplo, tratar do eixo 9, sede do município criado em 1989.

6. SEÇÕES DO ARTIGO

A construção da barragem e o projeto de deslocamento compulsório

Para a construção da barragem, as informações são de que setenta e duas mil pessoas teriam sido atingidas, quatro sedes municipais, vinte e seis povoados foram inundados. Expondo dados divergentes, Filho (2013) cita que conforme Sigaud (1988), o lago possui 4.214 Km², enquanto para Estrela (2004) seriam 4.500 Km²; uma extensão de 350 Km com largura variando entre 5 e 40 Km; e uma capacidade de armazenar 34 bilhões de metros cúbicos de água.

O Projeto Especial de Colonização- Serra do Ramalho foi construído há setecentos quilômetros de distância de Sobradinho rio acima. Para descrever o PEC-SR, as informações gerais extraídas de Filho (2013) são de que cerca de 257 mil hectares foram desapropriados pelo INCRA – formando uma espécie de trapézio; divididos em quatro eixos latitudinais, de modo que a cada 6 ou 7 quilômetros construiu-se uma agrovila. O Eixo 1 abriga as agrovilas: 1, 3, 5, 7 e 9; o Eixo 2, as: 2, 4, 6, 8, 10, 11, 21 e 22; o Eixo 3 abriga as de números: 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18; e o Eixo 4, as: 19, 20 e 23. Sendo que apenas as Agrovilas 15, 16 e 23 estão localizadas no município de Carinhanha, e as demais em Serra do Ramalho, município criado em 1989.

A extensão padrão dos lotes obedecia ao módulo rural da região, ou seja, 20 (vinte) hectares nas glebas e cinco na área de reserva, sendo que somente os terrenos irregulares ou alagadiços

possuíam extensão superior, caso em que a área da reserva seria proporcional à do lote. Dos 20 hectares, os reassentados receberam dois derrubados; alguns moradores falam em três (ESTRELA, 2007).

Pelo projeto, cada agrovila ocupava área de aproximadamente quatro lotes, com atividades urbanas e, aproximadamente, duzentas e cinquenta casas em ruas paralelas e perpendiculares. Na planta original, a Agrovila 9 abrigaria todos esses serviços e sediaria a administração do projeto e a cooperativa. Justamente por dispor da infraestrutura proposta já inicialmente, quando ocorreu a emancipação do Projeto e criação do município de Serra do Ramalho, esta agrovila tornou-se sua sede (FILHO, 2013).

Diante do problema de água, em todas as agrovilas, seriam perfurados poços semi-artesianos. A estrutura das casas era padronizada com três cômodos: sala, quarto e uma estrutura coberta que foi feita de cozinha; o banheiro fica separado da casa, que quase sempre são pintadas de cal branca. O quintal comportava banheiro, caixa d'água, tanque de lavar roupa. Filho (2013) aponta que os deslocados de Sobradinho não consideram os lotes urbanos extensos o bastante, além de considerarem os cômodos pequenos.

As dificuldades dos reassentados e os impasses com os moradores

A estrutura fundiária que norteou o projeto conciliou tamanho interesse de apresentar Serra do Ramalho como um “lugar novo” que evidencia esforço em apagar o passado anterior ao projeto da região, sobre isso, Filho (2013) destaca:

Pontua-se que a área desapropriada para a construção do PEC-SR possui dois espaços completamente distintos quanto às suas características físicas e históricas. As margens do rio São Francisco são habitadas já há muito tempo, a memória dos moradores não registra com precisão as origens. Já as áreas distantes do rio até a serra têm colonização bastante recente, sendo difícil encontrar registros anteriores aos anos 1950 (FILHO, 2013, p.30).

Assim, cabe destacar que ocorreram alguns impasses com INCRA ocasionados pela resistência dos moradores originais da região. Os habitantes de Canabrava empreenderam um longo processo de resistência ao fim do qual conseguiram receber lote acima do módulo rural, em média 70 (setenta) hectares. Indígenas que habitavam a Aldeia Vargem Alegre situada na Agrovila 19 que também resistiam às investidas do INCRA impuseram a criação da aldeia (FILHO, 2013).

Quanto aos remanescentes de Sobradinho, a resistência e dificuldades de adaptação dos indivíduos que seriam deslocados do lago forçou que fossem apresentadas três alternativas aos desabrigados: 1) reinstalação de forma precária na borda do lago, com apoio mínimo da CHESF (opção da maioria, 69,8%); 2) aderir a um projeto de colonização do INCRA - Agrovilas (8,6% das famílias optaram); 3) reinstalação em qualquer outra região do país (19,2% - 18% optaram por municípios vizinhos e 1,2% por regiões distantes como São Paulo) (ESTRELA, 2007).

As primeiras famílias chegaram às Agrovilas em março de 1976 e tratando de deslocamento compulsório, o projeto das referidas Agrovilas começou a dar indícios de desandar logo e um dos fatores foi a dificuldade de adaptação. A principal dificuldade foi a distância do rio, as agrovilas mais próximas encontravam-se à cerca de 8 quilômetros das suas margens, de modo que as agrovilas dispunham apenas de água salobra. O rio tinha tanta importância aos beraderos do lago que além de fundamental para todo o sistema produtivo, era principal meio de transporte, maior esquema de “percepção cultural” e sua principal referência espacial. O saber sobre o rio acumulado em gerações foi perdido e agora os reassentados não eram capazes sequer de se localizarem em tempo (de acordo com as fases do rio) nem em espaço (ter o rio como referência de localização) (ESTRELA, 2007).

A maioria dos deslocados preferiam retornar mesmos desassistidos para os núcleos de reassentamentos à borda do Lago de Sobradinho e para isso negociavam, mesmo sem autorização do INCRA, as terras em Serra do Ramalho, lotes foram repassados a preços simbólicos ou simplesmente abandonados (ESTRELA, 2007).

No caso de Sobradinho, o número de famílias que aderiram ao PEC-SR é impreciso. Das 4.000 famílias previstas, alguns autores falam que apenas 1.600 foram para a localidade; outros, 1.029, 1.013, ou 1.400 famílias, sendo que dessas poucas, menor ainda foi o número dos que permaneceram (FILHO, 2013).

Na tentativa de reverter o iminente fracasso do projeto, o INCRA redirecionou sua política e o projeto que originalmente abrigaria 16 agrovilas ocupadas apenas por remanescentes de Sobradinho, se expandiu para 23 agrovilas, divididas em 4 eixos, abrigando indivíduos sem-terra/teto originário de toda Bahia (ESTRELA, 2007). Outra possibilidade para a expansão do projeto inicial teria sido a identificação de uma extensão maior de área desapropriada, que entraria na delimitação inicial como ‘prioridade de reforma agrária’, exigindo inclusão ao projeto (FILHO, 2013).

Assim se observa que o Projeto de Serra do Ramalho se “descaracterizou” e se tornou uma válvula de escape do INCRA (ESTRELA, 2007). Existem relatos, inclusive, que em 1979 equipes do INCRA passaram por cidades pequenas do interior do Estado cadastrando os interessados em adquirir um lote em Serra do Ramalho (FILHO, 2013).

Dentre outras coisas, os reassentados reclamavam da anormalidade dos lotes residenciais serem distantes das roças, e argumentam que as casas deveriam ser construídas nos lotes. A dinâmica diversa que foi imposta demonstra completo desconhecimento do modo de vida camponês e ainda é apontado por alguns moradores como determinante para os problemas de delinquência e violência em Serra do Ramalho– BA em seus primeiros anos (ESTRELA, 2007).

Outras dificuldades dos assentados foram relacionadas à irrigação, solo e água com qualidade e disponibilidade completamente distintas das condições em seu local de origem

(Sobradinho). Alguns reassentados relataram que um ano após o primeiro plantio foi mais interessante aos pequenos produtores deixarem de plantar por conta das dificuldades do solo. Esforço quase nenhum compensava a resistência da terra, um “barro esquisito” que a água não penetrava. Além das dificuldades citadas, a dificuldade de crédito é enorme, aliada aos desafios de escoar a produção, enquanto que em suas localidades originais já haviam compradores definidos, a produção agora era de destino incerto. Os relatos são de que muitos saem do Projeto com a perda da lavoura e a suspensão do crédito aliada com baixa assistência técnica. A negligência da cooperativa em 1979, quando os colonos perderam uma tonelada e meia de cebola, foi fator de desânimo (ESTRELA, 2007).

Outro impasse dos realocados foi relacionada a conflito de interesses locais, de modo que o Projeto demonstrou as dificuldades do INCRA em lidar com os reassentados em diversos aspectos, tanto no sentido de entender e atender as demandas dos mesmos, quanto no sentido de proteger os moradores de interesses externos. A exemplo de que em sua formulação o projeto apresentou como novidade que em vez de cada lote preservar certo percentual de mata, houve a inovação de que a área de reserva às margens do Rio São Francisco seria coletiva. Ocorreu que a delimitação das propriedades coletivas afetou os antigos moradores ribeirinhos (UFBA– GEOGRAFAR, 2023).

Como os ribeirinhos locais não cederam às investidas do Poder Público, os relatos são de que as reservas foram ocupadas por posseiros que as lotearam e o INCRA, entendendo não dispor de recursos e interesse político para coibir a invasão, acabou por assimilar os loteamentos, dando a alguns deles status legal, prejudicando o acordado com os reassentados de Sobradinho (ESTRELA, 2007).

Para além das inovações referentes a área de reserva, etc. Aspectos administrativos adotados em Serra do Ramalho também foram inovadores. A figura do gerente-executor, nomeado pelo INCRA era responsável pela administração local e cada agrovila escolheria um representante, que mediaría o contato dos reassentados com o órgão. Os indícios são de baixa ou quase nenhuma adesão a essa forma de administração. Muitas são os registros de queixas em relação ao papel executado pelos gestores, que ao invés de atuarem como seus representantes e defensores de interesses comuns, apresentavam-se como repressores dos reassentados (FILHO, 2013).

Por tudo isso, fica evidente que são diversos os fatores que levaram a resistência ao projeto por parte dos reassentados, consubstanciada no abandono do lote e no retorno à borda do Lago de Sobradinho de cerca de 499 famílias. Cabe salientar que diante das pesquisas de Filho (2013), na oportunidade de sua pesquisa, quase todos os reassentados em Serra do Ramalho oriundos da região de Sobradinho manifestavam interesse em vender seus pertences e voltar para seus locais de origem.

Promessa de Desenvolvimento e Progresso: a perspectiva do Estado

As atuações do Estado devem ser norteadas pela máxima do melhor Interesse Público. Os projetos de viabilidade, os mapeamentos, os estudos de impactos socioambientais, etc. são as referências que deveriam atestar que o interesse coletivo será concretizado. Entretanto, observando esse contexto, Filho (2013) destaca haver equívoco na conclusão de que é possível um empreendimento, como o de produção de energia, garantir o desenvolvimento universal da sociedade. Ele argumenta que é preciso que sejam vistas as transformações negativas tanto ambientais quanto socioculturais, quanto a isso problematiza a seguinte realidade: quando “o progresso e o desenvolvimento tornaram-se dogmas, o seu simples pronunciar resolve qualquer discussão em torno dos empreendimentos energéticos”.

Então pergunta-se: Progresso para quem? A ideia de progresso e desenvolvimento são mantidas quando ouvidos os sujeitos mais atingidos por empreendimentos de grande porte? E ainda que progresso e desenvolvimento sejam observados considerando a óptica proposta pelos idealizadores do projeto, tal proposta se efetiva quando desconexo da realidade do povo?

Sobre a propaganda intensiva para impor aos moradores locais o interesse superior, Filho (2013) descreve que houve por parte das agências do governo intensivas propaganda a respeito da PEC-SR com o objetivo de convencer a população a deixar a área. Em março de 1975 as equipes sociais da ANCAR-BA e do INCRA percorreram a região de Sobradinho fazendo reuniões com a exibição de imagens do PEC-SR, existem referências ao uso de carros de som na rua anunciando o Projeto, programas de rádio e folhetos com cordel e dizeres em destaque “Bom Jesus da Lapa. Esperança que chegou” e orientação sobre como se cadastrar no projeto.

O autor faz referência a um processo chamado de “domesticação do sertão”, que pretende enfrentar aquilo que seria visto como indesejado e impedimento ao progresso, no caso, a condição inicial da região de Sobradinho. O PEC-SR e a barragem de Sobradinho seriam uma espécie de materialização desse progresso (FILHO, 2013).

Tratando sobre as ideias incompatíveis de “Desenvolvimento” entre a adotada pelo Estado e a compartilhada pelos grupos camponeses (marcados pelo trabalho familiar na terra), há que se falar nos modelos de “sistema econômico” pontuados por Alf Schwarz (1990). A sua observação é referente ao distanciamento entre a “lógica camponesa”, que presa pela divisão do pouco e cooperação mútua e coletiva, em relação à “lógica do Estado”, que quando adotando lógica de mercado, está centrada na necessidade de acumulação; acumular e maximizar, para depois dividir (FILHO, 2013).

Para o camponês, a subsistência é mais importante que a renda monetária. O projeto de futuro do camponês tradicional é o de garantir a sua sobrevivência, diante da eminência da escassez criam uma ética que lhes garante a reprodução do trabalho, sem explorar demais da terra e sem negar

solidariedade ao vizinho. Assim se estrutura a “economia moral” dos camponeses, sem cogitar a acumulação e priorizando a continuidade e a reprodução de seu trabalho (FILHO, 2013).

Em relação aos interesses de modernização e a formação da lógica que norteou as Políticas Públicas como as de colonização, destaca-se a década de 1970, que foi descrita por Filho (2013) como “o avanço do capitalismo sobre o campo em nosso país”. Esse processo de modernização dirigido pelo Estado iniciado em 1940 abriu a região para o capital nacional e internacional, com políticas de crédito, exploração da fronteira agrícola pela iniciativa privada, inicialmente com objetivo de fixação da população e integração ao restante do país. É apenas em 1950 que os objetivos do Estado no Vale passam a priorizar grandes obras de infraestrutura para a industrialização, o que levou ao abandono de investimentos em navegação para se priorizar transporte e energia.

A percepção do povo a respeito das intervenções públicas que surgem como prioridade e urgência de tempos em tempos, da conta da mudança de discurso, além de compreender as promessas de desenvolvimento sempre atreladas a condições muitas vezes alheias as do povo. Trecho de compilado de escritos exemplifica como a promessa de desenvolver o sertão pelas mãos do Estado sempre é substituída por uma nova promessa mais radical e custosa.

“No final do século passado e início deste, os nossos antepassados viram na açudagem a única salvação possível e muito fizeram nesse sentido. O açude público Epitácio Pessoa, ex-Boqueirão, é exemplo desse fato. (...) Na década de 50 lutávamos pelo desenvolvimento do Nordeste pedindo estradas, o que conseguimos com o Plano Rodoviário Nacional. (...) Na década de 60 dissemos que só conseguiríamos nos desenvolver se tivéssemos energia elétrica. Vieram as hidrelétricas e com elas as torres metálicas, os linhões e os cabos conduzindo a energia elétrica que hoje atinge todos os recantos do Nordeste e, naturalmente, o Cariri paraibano. (...) A prioridade dos anos 90 tem sido a água doce. Só conseguiremos o desenvolvimento sustentado se resolvermos o problema de suprimento de água doce da região. (...) Não podemos perder mais essa corrida, a da água doce, pois produzir, importar e reutilizar a água doce que necessitamos é mais do que uma questão de sobrevivência, é mesmo existencial.” [Escritos de João Ferreira Filho/João Pessoa, PB, 12 de setembro de 1996] (ESTUDOS AVANÇADOS, p. 35, 1999).

O recorte demonstra também a preocupação com a seca e a importância da irrigação, um dos desafios enfrentados pelos reassentados PEC-SR. A chamada ‘indústria da seca’, que movimenta um fluxo contínuo de capital para alimentar a execução de programas apresentados como capazes de solucionar os problemas da seca, mas que se sabe de antemão não serem eficientes. No cenário, as políticas anti-seca, posicionam os moradores mais como elementos que legitimam intervenção do estado em contexto de calamidade pública, do que como beneficiários das medidas (USP, 1999).

A construção da barragem de Sobradinho na década de 1970, representa justamente a consolidação da prioridade hidreletricidade, sendo um marco de ruptura definitiva com a unidade do vale e na sua preservação. Agripino Coelho Neto (2004), pontua que a com a transformação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), passa a privilegiar a colonização em perímetros públicos selecionados, e posteriormente,

quando a SUVALE transforma-se em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), tem início o protagonismo da iniciativa privada (FILHO, 2013).

Quando de sua divulgação, o PEC-SR foi apresentado apenas em seus aspectos positivos, em especial a potencialidade de desenvolvimento local; ao passo que os originários de sobradinho, que sofreriam os impactos da realocação, eram vistos com olhar de inferioridade pelos idealizadores do projeto, como quem precisa ser salvo da sua própria condição de vida. Um interessante trabalho foi desenvolvido por Anísio Filho (2013), em que ele, morador local, resgata as memórias dos assentados e aponta imensas contradições.

A pesquisa inframencionada demonstra que onde o poder público, o INCRA, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e, aparentemente, todos os envolvidos no projeto, viam potencialidade de desenvolvimento e prosperidade, os moradores e reassentados viam o rompimento com tudo que conheciam, sentiam o peso do deslocamento compulsório e da impossibilidade de escolha. Não enxergavam a prosperidade apresentada como possível e ela efetivamente não veio. Então se pergunta: a resistência do povo ao projeto foi em razão da previsão acertada de que a prosperidade não viria; ou a prosperidade não veio por conta da resistência do povo?

Outra questão pertinente discutida por Filho (2013) é referente aos interesses que levaram a instalação das agrovilas naquela região. O autor diz que na década de 1970 foi percebido o potencial da região como uma nova possibilidade para o capital agrícola. Sendo evidente para ele que o modelo de ocupação que se estabeleceu não teve a população como prioridade, o interesse era em grupos nacionais e internacionais.

Diante da potencialidade da região, o que se observou foi a chamada por Coelho Neto de “seletividade espacial”, em que os espaços privilegiados eram os irrigados, que acumularam tecnologia e produção em larga escala. No caso de Serra do Ramalho, o Projeto Formoso se contrapõe ao contexto de seca e baixa produtividade do PEC-SR.

Os relatos são de que com a pressa de realocar os remanescentes de Sobradinho, o projeto de irrigação que contemplaria parte da área das Agrovilas foi refeito e dividiu-se a área em PEC-SR e Projeto Formoso; a seca e o irrigado. O cenário descrito demonstra que o projeto de irrigação não pretendia contemplar a população pobre e que as condições apresentadas à população deslocada foram longe de serem as mais adequadas. O Projeto Formoso, que não foi pensado para receber reassentados, apresentou disponibilidade de água, técnicas produtivas, enquanto a ‘modernização’ e ‘desenvolvimento’ prometidos aos reassentados se concretizou em um PEC-SR de mata seca e pouca atividade produtiva (FILHO, 2013).

O descaso com as consequências do “desenvolvimento” e seus impactos na vida dos reassentados, fica evidente quando se pontua que por muito tempo após início das obras no lago houve

uma indefinição quanto ao destino da população rural atingida. De modo que a desocupação da área da barragem se deu às pressas. Segundo Filho (2013) os relatos são de que muitas famílias só saíram na última hora, já cercado pela água. Sendo pertinente destacar que o projeto só existe por ser imposição do Banco Mundial, que condicionou o financiamento da barragem de Sobradinho à elaboração de um plano para atender à população que seria desalojada.

Outrossim, diante da realidade de projeto de desenvolvimento comandado pelo poder público com interesse de colonização, ainda é possível prospectar pesquisa que trate do impacto de tais decisões públicas para posicionar o Nordeste, secundo afirmou Jean Dresch (1956), como possivelmente, região semi-árida mais povoada do mundo (USP, 1999).

“Na década de 70, no século passado, as oito províncias nordestinas – ocupando 1.221.572 km² apenas cerca de 14,5% dos 8.455.777 km² do território brasileiro – abrigavam 4.638.500 habitantes, dos 9.930.478 que constituíam a população do país, ou seja, 46,7%. Em 1980, porém, após a grande expansão demográfica do Brasil, que contava com 121.150.549 habitantes, aquelas províncias, já agora estados federados, estavam povoadas por 35.419.156 pessoas, representando 29,23% do total.” [Pinto de Aguiar: Nordeste: o drama das secas] (USP, 1999).

O trecho apresenta dados de ocupação na região nordeste, que podem ser relevantes ao estudo sobre os impactos dos projetos de colonização em regiões do semi-árido.

7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O trabalho lança à discussão como o olhar de superioridade e indiferença do poder público aos camponeses resulta em projetos de gabinete desconexos da realidade do povo e não contemplam a complexidade e as consequências do deslocamento compulsório.

Diante de tamanhos conflitos e da inevitável resistência dos que se sentem prejudicados por tais imposições, deve ser urgente a defesa de que as perspectivas de progresso e desenvolvimento sejam trazidos à luz das discussões e que se pontue a materialização de lógica privada por trás de grandes investimentos apresentados como de interesse público e coletivo.

Não tendo efetivamente se concretizado a promessa de melhoria de vida dos camponeses e o desenvolvimento da região, a discussão é sobre como a natureza compulsória e impositiva do projeto determinou a condição vivida hoje pelos reassentados, bem como as contradições entre a agricultura familiar das agrovilas o projeto formoso irrigado.

8. REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Serra do Ramalho (1976)**. Vídeo promocional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zY6ia0Yeto4> Acesso: 02 de mar 2023.

BRASIL. **LEI Nº 4.504/30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra e dá outras providências. Economia Solidária. Rio de Janeiro: FASE. UFRJ, 2009.

ESTRELA, Ely Souza. **Descompassos e dissonâncias em torno das Agrovilas de Serra do Ramalho-Ba.** Disponível em:

http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_anteriores/st4_01.pdf Acesso: 02 de mar 2023.

FILHO, Anísio José Pereira. **Representações do pec-serra do ramalho:** entre o modo de vida

Local e o progresso. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/D2013-42.pdf> Acesso: 02 de mar 2023.

RIBEIRO, Ângelo Franco do Nascimento; ABREU, Silvana de. **Política pública de desenvolvimento:** o projeto Agrovila “vila formosa” no município de Dourados– MS. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/27.pdf> Acesso: 02 de mar 2023.

_____. Grupo de Pesquisa Geografar. **Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.**

Disponível em: <https://geografar.ufba.br/projeto-especial-de-colonizacao-serra-do-ramalho> Acesso: 02 de mar 2023.

_____. Fragmentos de Leitura – Diversos Autores. **Nordeste sertanejo:** a região semi-árida mais

povoada do mundo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9475/11044> Acesso: 02 de mar 2023.